CC BY NC

RECIIS

ENTREVISTA | https://doi.org/10.29397/reciis.v20.5714

Entrevista com Armando Guimarães Nembri | armandonembri@hcte.ufrj.br

Entre a fala, a escuta e o toque: a compreensão dos múltiplos sentidos da inclusão como forma radical de acessibilidade

Between speaking, listening, and touching: understanding the multiple meanings of inclusion as a radical form of accessibility

Entre el habla, la audición y el tacto: la comprensión de los múltiples sentidos de inclusión como forma radical de accesibilidad

Em entrevista à RECIIS, o professor Armando Guimarães Nembri narra sua trajetória de pesquisa que envolve a acessibilidade. Nos espaços da educação e da comunicação, entre a comunidade surda, Nembri se considera um privilegiado por falar na língua portuguesa, pois cerca de 80% dos surdos sinalizados são analfabetos ou analfabetos funcionais em português. O pesquisador comenta a importância do método de história de vida para emergir a história surda e as histórias de outras pessoas estigmatizadas, amplificando a ciência. Ao considerar que os meios de comunicação não são acessíveis, Nembri propõe pensarmos não só nas tecnologias assistivas, mas também nas tecnologias da vida, a fim de se promover uma revolução compassivo-amorosa, a qual procura ouvir, ver e tocar o mundo por múltiplos sentidos, além do sentido da audição. Armando Guimarães Nembri é professor na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz.

Palavras-chave: Inclusão social; Barreiras da comunicação; Educação de pessoas com deficiência auditiva; Língua de sinais; Cultura surda.

In an interview with RECIIS, Professor Armando Guimarães Nembri recounts his research trajectory focusing on accessibility. Within the fields of education and communication, especially among the deaf community, Nembri considers himself privileged to speak Portuguese, as approximately 80% of deaf people who use sign language are illiterate or functionally illiterate in Portuguese. The researcher highlights the importance of the life history method in bringing to light deaf histories and the stories of other stigmatized individuals, thus amplifying scientific understanding. Considering that communication media are not accessible, Nembri proposes that we take in account not only assistive technologies but also technologies of life in order to promote a compassionate and loving revolution that seeks to hear, see, and touch the world through multiple senses, beyond just hearing. Armando Guimarães Nembri is a professor at the Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Keywords: Social inclusion; Communication barriers; Education of hearing disabled; Sign language; Deaf culture.

En una entrevista a la RECIIS, el profesor Armando Guimarães Nembri relata su trayectoria de investigación en torno a la accesibilidad. En los ámbitos de la educación y la comunicación, entre la comunidad sorda, Nembri se considera privilegiado por hablar la lengua portuguesa, ya que aproximadamente 80 % de las personas sordas que utilizan la lengua de signos son analfabetas o tienen un nivel funcional de analfabetismo en el idioma portugués. El investigador destaca la importancia del método de la historia de vida para revelar la historia de las personas sordas y las historias de otras personas estigmatizadas, lo que contribuye a ampliar la comprensión científica. Ao considerar que los medios de comunicación no son accesibles, Nembri propone que pensemos no solo en tecnologías de apoyo, sino también en las tecnologías de la vida, con el fin de impulsar una revolución compasiva y amorosa que busque escuchar, ver y tocar el mundo a través de múltiples sentidos, más allá de la audición. Armando Guimarães Nembri es profesor de la Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, de la Fundação Oswaldo Cruz.

Palabras clave: Inclusión social; Cultura sorda; Lengua de signos; Barreras de comunicación; Educación para discapacidad auditiva.

Como foi a sua trajetória no espaço escolar e na ciência? Por que a acessibilidade é uma questão que atravessa suas pesquisas?

Minha trajetória de vida foi diferente da maioria dos surdos do nosso país. Talvez, da maioria dos surdos da América do Sul. Nasci em uma família que me abraçou quando cheguei ao mundo. Tenho a consciência de que fui amado 24 horas por dia, e isso faz uma diferença absurda na nossa vida. Tenho a síndrome de Goldenhar, chamada também de síndrome óculo-aurículo-vertebral. As comorbidades são variadas[i] . No meu caso, nasci sem os ouvidos externos e sem os ossículos dos ouvidos médios. Esta condição trouxe-me uma surdez profunda e rara. Tenho uma cofose e uma anacusia que significam uma surdez que não me permite conhecer o som. Vivo num mundo sonoro, mas não sei o que é o som. Estou conversando com você, mas não sei como é a sua voz, como é a voz dos meus familiares, a voz da minha mãe, que não está mais entre nós. Conheço minha esposa há quase cinquenta anos e não sei como é a voz dela. Não sei como é a voz de minha filha. Sou obrigado a ser, além de pesquisador e ativista, místico. "Místico? Mas você é um homem da ciência!".

Estou com o cordão do girassol[ii] , um símbolo da acessibilidade. A minha deficiência auditiva deveria ser invisível, mas a assimetria facial e a falta das orelhas não permitem a invisibilidade. A maioria dos surdos passa por você e você não percebe absolutamente nada. Você acredita que seja uma pessoa passando em silêncio. A surdez não aparece. vivi a acessibilidade num tempo em que ela não era nomeada.

Como viver a acessibilidade quando não havia sido nomeada como tal? Minha família tinha uma condição socioeconômica privilegiada, que a maioria dos surdos deste país não teve e não tem; viajei e conheci culturas, pessoas e olhares diferentes. Então, me aproximei da "acessibilidade" sem saber o nome que seria dado futuramente a ela. Hoje, percebo o poder que a acessibilidade exerce no mundo. Temos, praticamente, dez tipos de acessibilidades[iii], mas, por não haver um consenso, é difícil indicar uma fonte específica.

Tive também a condição de vivenciar coincidências agradáveis na minha vida. Dentre elas, nascer de uma mãe que era professora de surdos. Minha mãe era professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), quando a língua de sinais estava recomeçando após ser proibida, por cem anos, no mundo inteiro. Vivíamos o tempo da oralidade, imposta pela Escola Alemã. Minha mãe foi uma grande professora e o nome dela está registrado lá na entrada do Ines. Está em uma placa com o nome das professoras do instituto em 1955.

A acessibilidade atravessa minhas pesquisas, como já enfatizei, devido à condição socioeconômica privilegiada na época; pessoas da família e seus amigos, após intenso trabalho educacional, mudaram a minha vida lá atrás e continuam mudando a minha vida hoje. Sinto que preciso retribuir todo o impulso que obtive com essas pessoas que sempre me apoiaram. A família Guimarães e a família Nembri, ambas numerosas, e seus amigos me ajudaram a ser o homem que sou hoje.

É gratidão que não acaba mais. Quero muito retribuir o carinho que ganhei deles ao longo de minha existência. Hoje meu caminho se dá com o espírito totalmente pacificado; não caminhei sozinho. Isso fez e faz toda a diferença. Fui, realmente, muito ajudado. Reconheço.

Você desenvolveu um estudo (Nembri, 2011) que observa e analisa o bilinguismo – Libras e português – na educação de surdos, na história e na sociedade. Que questões você identificou naquele momento e como você as percebe hoje?

Em minhas pesquisas, sobretudo no doutorado e no pós-doutorado, tive contato com mais de mil programas de pós-graduação. Pude – em minhas viagens – conhecer a história surda no mundo. Críticas que antes fazia, hoje já penso um pouco mais antes de tecer comentários. Conheci, em minhas leituras e visitas, o bilinguismo original e conheço bem o bilinguismo atual; sei o porquê de serem, hoje, diferentes um do outro. O português oficial tem aproximadamente oitocentos anos. Se nós formos ligar nossa língua pátria ao latim vulgar, pode ter dois mil anos. Nesses oitocentos anos foram criadas cerca de quatrocentos mil unidades lexicais. Ouvintes que falam português têm a possibilidade de utilizar frases com uma quantidade fantástica de palavras ao seu dispor. UAU! Que espetáculo! São muitas palavras a escolher. É um saudável exagero lexical que antecipa as oportunidades geradoras de possibilidades em uma fala. É uma riqueza absurda. Você tem como ser político e dizer "depende" ou "talvez", dizer "sim" querendo dizer "não", dizer "não" querendo dizer "sim". Isso advém de uma riqueza linguística, de uma língua quase milenar oficialmente falando. Agora, a minha língua natal, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tem oficialmente apenas 69 anos, considerando o ano de 2026. Se for me referir às línguas de sinais do mundo, a temporalidade, em termos oficiais de funcionamento, seria semelhante. A Libras conta com aproximadamente vinte mil unidades lexicais. Nós, surdos sinalizados brasileiros – eu oralizo, mas também sei sinalizar – temos um conjunto léxico, obviamente, muito menor.

Reconheço que sou privilegiado como surdo brasileiro, pois tive a oportunidade de conhecer o início da nossa história, a verdadeira história e não a contada pelos ouvintes. Pude conhecer e saber um pouco mais acerca da origem dos estudos em prol do mundo surdo sinalizado. Tudo começou na França. No século XVIII, a França deu origem a um modo de ensinar surdos denominado de "sinais metódicos" –

era democrático e foi um marco educacional para a comunidade surda sinalizada – que recomendava: os surdos aprendem a sua língua de sinais, chamada de L1, e aprendem também a língua da sociedade ouvinte, chamada de L2, na modalidade escrita e na modalidade oral. Esse era o bilinguismo original: permitia o aprendizado da língua de sinais, mas também oferecia a língua da sociedade ouvinte. Algo justo, não é mesmo? E teve sucesso.

Uma outra observação importante. A língua portuguesa tem sua origem em Portugal. Já a Língua Brasileira de Sinais tem sua origem na França. A língua de sinais é considerada ágrafa. Ainda não temos, a meu ver, uma escrita de sinais efetiva. Então, para lermos, precisamos pedir emprestada a língua dos ouvintes. É, de fato, uma situação desafiadora não ter a escrita de sua própria língua. É algo frustrante.

Em contrapartida da democrática Escola Francesa, havia a Escola Alemã que defendia, pura e simplesmente, que os surdos aprendessem apenas a língua da sociedade majoritária... hegemônica. "Vamos esquecer a língua de sinais". Ou seja, arbitrava-se como os surdos deveriam se portar. A Escola Alemã era ouvintista; queria que os surdos se comportassem como se ouvintes fossem. Iriam aprender, somente, a oralizar.

A ideia educacional alemã ocasionou um grande problema na história surda. Durante o século XIX, houve embates entre a Escola Francesa e a Escola Alemã. Ao final do século aconteceu o Congresso de Milão de 1880 (Ines, 2011). Neste congresso, os professores surdos foram proibidos de votar. Vou repetir: os professores surdos foram proibidos de votar. Professores ouvintes associados a algumas questões econômicas defendidas à época optaram por banir a língua de sinais no mundo. No final do século XIX, a língua de sinais foi banida – oficialmente – no mundo. O surdo foi impedido de utilizar a sua língua por 100 anos. Fico obviamente muito triste, emocionado até, ao lembrar dessa história ainda sem reparação. O bilinguismo só voltou a ser aceito por volta de 1980. A proibição, a meu ver, foi um grande erro histórico; prejudicou os surdos sinalizados. A sociedade ouvinte não faz a menor ideia do quanto a história surda foi vilipendiada. E foram ouvintes que determinaram essa atrocidade com a língua de sinais no mundo. Como reparar um século de proibição?

Com a volta do bilinguismo – cerca de um século depois – a comunidade surda sinalizada mundial e a comunidade surda sinalizada brasileira aceitam a volta do modelo francês, mas com uma alteração. No aprendizado da língua ouvinte, apenas a modalidade escrita é bem-vinda. Não há mais a condição de termos a modalidade oral. No modelo de aprendizado atual, a minha língua natal pode vir acompanhada do português, mas somente na modalidade escrita. Durante um século fomos obrigados a falar a língua oficial da sociedade hegemônica, a ouvinte; consultando o Art. 13, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a língua portuguesa é a língua oficial do Brasil; a única, apesar de termos mais de trezentas línguas minoritárias em nosso país. Hoje, o surdo sinalizado tem o bilinguismo na Língua 1 (Libras) e na Língua 2 (somente o português escrito). No entanto, vale a pena repetir, aproximadamente 80% dos surdos sinalizados do Brasil são analfabetos ou analfabetos funcionais na língua portuguesa escrita. Estamos, nesta entrevista, conversando num código comum da sociedade majoritária. Adoraria conversar em Libras, mas teríamos que utilizar somente as vinte mil unidades lexicais da minha língua natal. Não teria como utilizar quatrocentas mil unidades lexicais da língua portuguesa. Por isso, aceito falar em português. É em português que poderei informar, mais rapidamente à sociedade ouvinte, o que de fato aconteceu com os surdos sinalizados do mundo. A maioria dos ouvintes, infelizmente, desconhece o grande problema histórico que gerou em 1880, no malfadado Congresso em terras italianas. A melhor maneira de sermos compreendidos, tocá-los verdadeiramente, é falar a língua da sociedade majoritária. Por exemplo, se fosse falar numa língua estrangeira, teria que contar com um excelente intérprete e, mesmo assim, ele

não conseguiria ser literal. Seria algo aproximado. Neste caso, de uma língua oral para outra também oral, as quantidades de unidades lexicais são parelhas. Agora, cá entre nós, os intérpretes fazem milagre. Encaixam quatrocentas mil palavras do Português em vinte mil palavras da Libras e vice-versa. Por melhor que seja a tradução, não será literal; será um tantinho longe da fala a traduzir. Geralmente, os ouvintes não sabem disso porque a história surda foi contada "pelo ouvinte para os ouvintes sobre os surdos". Agora, a história, com alguns surdos disponíveis e que têm, por hábito, pesquisar, já é contada de uma outra forma, a forma verdadeiramente aceitável por quem tem, incontestavelmente, o lugar de fala. O surdo conta para o ouvinte a versão correta de sua história, ou seja, uma história contada "pelo surdo para os ouvintes sobre os surdos". Essa é uma questão que me move como pesquisador e como estudante, condição esta que não deixarei de ter na vida. E até o meu último suspiro.

Sou favorável à oralização na língua portuguesa, mas com muito cuidado, em razão do histórico aqui revelado. A imposição secular da oralização pela Escola Alemã impede uma forma mais ágil e democrática como o foi a Escola Francesa. É necessário ter paciência para uma mudança cultural mais efetiva. Se oferecermos o português na modalidade oral como disciplina eletiva, inicialmente em universidades, pode aparecer um interessado, depois outro e outros.

Algumas universidades, para a minha alegria, já o estão oferecendo para eventuais interessados. Nós não podemos obrigar. Destravando e eliminando os problemas da proibição secular em um passado recente, creio que poderemos conhecer mais o mundo na língua escrita e falada da sociedade majoritária, da sociedade dos ouvintes. Nós ainda não nos conhecemos verdadeiramente. É, deste modo, uma vexatória situação que revela o sectarismo que ainda impede saltos civilizacionais mais abrangentes e duradouros.

Em sua pesquisa de tese (Nembri, 2016), você aborda a inserção da Libras em cursos de educação profissional e superior no país e os caminhos de pós-graduandos surdos. Como você desenvolveu este estudo e o que ele revela sobre a temática?

A língua portuguesa me permite ser denotativo e conotativo. Ou seja, posso ser mais sociopolítico-pedagógico ao tecer críticas que ampliem a reflexão. A Libras é fortemente denotativa. Não há o conotativo e não há a metáfora realçando o sentido figurado com a mesma abundância que há na língua portuguesa. É absurdamente complicado. Diria que é desafiador. Como já disse aqui, 80% das pessoas surdas sinalizadas são analfabetas ou analfabetas funcionais no que diz respeito à língua portuguesa. Como essas pessoas que convivem e dividem conosco este mundo vão entrar numa pós-graduação? Até que ponto o intérprete contratado está em condições de exprimir e traduzir o que o surdo sinalizado está falando – e defendendo – para pleitear a entrada em uma pós-graduação? Nós temos poucos espaços escolares para isso. Nós temos hoje 165 doutores surdos e 17 pós-doutores surdos no Brasil, segundo o Grupo dos Doutores Surdos, do qual faço parte no WhatsApp e que inclui quase 100% da amostra de doutores surdos, ou seja, 157 dos 165. Considerando que Bolonha lançou sua universidade no ano de 1088; que Coimbra lançou a sua em 1290 e que todos os 165 doutores surdos do Brasil vieram no século XXI – nos séculos anteriores não tivemos um doutor surdo –, vejo que, do século XI ao século XX, temos séculos que não acabam mais sem a necessária educação destinada aos surdos sinalizados do mundo. Vou mais longe. A escrita chegou em, mais ou menos, quatro mil anos antes de Cristo. Considerando 21 séculos depois de Cristo, nós estamos juntos há 61 séculos oficiais. A escrita confere mais rigor e confiabilidade, não? O que aconteceu? Por que nós – surdos e ouvintes – ainda não nos conhecemos? Esta é a minha luta. Esta é a minha missão. Somos dez milhões de desconhecidos em solo pátrio. O que estou querendo dizer é que temos um Portugal inteiro – só de surdos, todos os surdos e suas várias identidades! – no Brasil.

O Brasil reconheceu a Libras em 2002 (Brasil, 2002) e a regulamentou em 2005 (Brasil, 2005). Ele foi um dos últimos a reconhecer sua própria língua de sinais. Outros países haviam reconhecido suas línguas de sinais antes. A América do Sul é uma tristeza em termos de atraso no reconhecimento de suas línguas de sinais. Segundo o Grupo dos Doutores Surdos do Brasil, a Venezuela reconheceu sua língua de sinais em 1999, o Uruguai em 2001, o Brasil, como mencionei, em 2002, a Colômbia em 2005, o Chile em 2010, o Paraguai em 2020, a Argentina em 2023 e a "lanterninha do atraso no reconhecimento" vai para a Bolívia; sua língua de sinais foi reconhecida em 31 de outubro de 2025. No entanto, para se redimir do atraso desse reconhecimento, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a regulamentar sua língua de sinais. A Libras, como língua regulamentada, deu um amplo salto evolutivo para que, um dia, possamos torná-la, com mais interesse por parte dos nossos parlamentares, com mais união entre esses três mundos que não se ouvem – surdos sinalizados, surdos oralizados e ouvintes –, como língua oficial do Brasil.

Temos, repito, 165 doutores surdos. Em comparação com a quantidade de doutores ouvintes, nosso número é diminuto, mas demonstra um grandioso avanço. O reconhecimento e a regulamentação da Libras possibilitaram a ascensão acadêmica de 165 pessoas surdas.

É um grande avanço para nós. É uma forma de reivindicarmos, mais efetivamente, nossos direitos; também somos, não há dúvida nenhuma, sujeitos de direitos em um Estado Democrático de Direito. A equidade é muito falada, mas ela é muito pouco praticada. Na verdade, ainda é muito pouco conhecida; algumas vezes é confundida com igualdade, o que não é o caso. Ainda temos muito a aprender. Com 65 anos de idade e quarenta anos de serviço público federal, já tenho abono permanência[iv]. Permaneço aqui, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela possibilidade de ver esta instituição sendo diversa. Uma instituição diversa não é algo simples de se alcançar; requer um incansável trabalho de conscientização. Requer uma grandiosa mudança cultural, requer que, além de sermos multiculturais, que saibamos ser interculturais, o que ainda não somos; não são todos que têm entrosamento com o diálogo. "Eu tenho um sonho", Martin Luther King já disse isso, não é mesmo? Eu tenho um sonho de ver a nossa instituição de fato diversa. Uma instituição diversa é aquela que consegue refletir a demografia de sua plural sociedade. Ainda estamos longe de praticar a equidade. O mundo ainda tem um longo caminho a percorrer para a inclusão, este supremo valor constitucional, este que é o Direito dos direitos. Mas parece que o ser humano, de um modo geral, ainda tem dificuldade de compreender e entender que todos nós, sem exceção, somos sujeitos de direitos. O dia que entender, obviamente, será um marco no avanço civilizatório de toda a humanidade.

Na Fiocruz, você participa de algumas atividades para diversos órgãos, entre eles o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Além dessas atividades, participa de uma formação em Libras para profissionais de diversas áreas da instituição. Como você avalia sua participação que reforça essa busca por uma forma radical de acessibilidade e de inclusão?

Para responder a esta pergunta, cá entre nós, devo dizer que foi uma longa caminhada até chegar aqui. Além de um tempo extra de estudos para equilibrar a língua portuguesa com a Libras, foram duas especializações, um Master in Business Administration (MBA), dois mestrados, doutorado e pós-doutorado. São conquistas que me enchem de satisfação. Evidentemente, não caminhei sozinho. Luzes – muitas luzes (seres humanos especiais) – encontrei nesta vida linda que ganhamos de presente. Hoje sou, com alegria… muita alegria (lembro de todo o meu passado ao escrever estas linhas), o primeiro surdo profundo de nascença a concluir um doutorado no Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro

– UFRJ) e na região Sudeste; o primeiro do Brasil a defender oralmente uma tese em língua portuguesa e o primeiro do Brasil (masculino) a concluir um estágio de pós-doutoramento, também na UFRJ. Como pesquisador do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (Dihs), leciono na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), no Programa de Saúde Pública da Fiocruz e na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) ligada ao Tribunal de Justiça. Coordeno, com outros três professores, a Especialização de Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão. Tenho a responsabilidade de lecionar quatro disciplinas. Sou membro permanente do Comitê de Acessibilidade e Inclusão pelas Pessoas com Deficiência, da Ensp, membro permanente do Comitê de Equidade e Diversidade também da ENSP e, por fim, membro permanente do Comitê de Acessibilidade e Inclusão (Comai), do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Tenho consciência da ajuda familiar e dos amigos. Hoje tento retribuir tudo o que, aos poucos, conquistei e venho conquistando. Assim, sendo mais específico, venho recebendo convites para palestras, cursos, *workshops* e mesas-redondas pela Fiocruz afora. Estou começando a retribuir tudo o que recebi de pessoas especialíssimas. Nessa minha caminhada por nossa instituição já ofereci – e continuo oferecendo – meus préstimos educacionais para gestores e lideranças do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) – este foi o segundo ano consecutivo que atuei com eles –, para lideranças e funcionários da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), para gestores e alunos do Icict, que neste ano completa 40 anos, além de várias palestras pela Fiocruz afora. Senti que havia chegado a hora de oferecer um Curso de Introdução à Libras para todos os interessados. No nosso Dihs (Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural), da Ensp, já ofereci quatro cursos. Um deles foi todo dedicado às mães da Maré. Fiquei muito feliz. Agora, estou com o curso sendo oferecido aos funcionários do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc). Creio que esta é uma bela maneira de abraçar e de receber os cerca de aproximadamente duzentos surdos sinalizados da Fiocruz. Vejo, também, a missão da vida de minha mãe sendo cumprida; ela dizia "Armando, você nasceu para ajudar os surdos do Brasil, surdos de todas as identidades; siga em frente, meu filho!". Repito a frase dela com emoção incontida. Saudade da melhor professora que tive nesta vida. Minha principal motivação, hoje, é expor – na L2 surda (na forma escrita ou na forma oral) – parte de toda a nossa história e, se possível, com a condição de recontá-la (ou recriá-la) pela minha ótica… a ótica surda.

Em seus estudos, você frequentemente afirma ser também o sujeito de sua própria investigação. Em sua tese, você argumenta se apropriar da "história de vida" como método. Poderia falar um pouco sobre este método de pesquisa?

Conheci o método de história de vida por intermédio da professora Rosana Glat (1989). Fiquei encantado com este método. Ele nos dá salvaguardas para colocar a visão dos indivíduos estigmatizados e rotulados. Começo a minha tese provocando esse debate dizendo que nós, seres humanos, somos excludentes. Nós compartimentamos nossa existência. Ao pensarmos sobre nossa conduta no cotidiano dos dias percebemos que separamos pessoas por questões financeiras, por partidos políticos, pelo lugar em que moram etc. Nós utilizamos várias condições para separar. Por exemplo, torço pelo Fluminense e outros para outros times. Como é que somos percebidos pela sociedade? Como sou percebido pelo mundo? Como nós surdos somos percebidos?

Há um bom tempo sei que sou o que você percebe de mim. Isso se dá por um privilégio epistêmico, no qual a sociedade majoritária determina como devo ser sujeito em meu modo de existir no coletivo humano, como devo conhecer e saber sobre minhas crenças, minhas formas de vivenciar as manifestações da linguagem e das línguas que escolhi, minha cultura e minhas histórias. O olhar foi e é determinado e

delineado pela sociedade das "pessoas sem deficiência aparente". Não é assim que alcançaremos a autonomia necessária para uma coexistência pacífica e produtiva. Muitos de nós, surdos sinalizados, não sabem ler em português. Ainda somos uma sociedade diminuta ou, talvez, diminuída por esse olhar vulnerabilizante que nos é lançado pela sociedade a todo momento e há tanto tempo. Então, o método de história de vida pode buscar a versão dos indivíduos estigmatizados e rotulados; pode buscar a versão dos que sentem as "flechadas" – do preconceito e da discriminação – recebidas do olhar que machuca. Deste modo, busca-se, repetindo, a versão dos estigmatizados e rotulados e não dos que estigmatizam e/ou rotulam.

Agora, não estou falando somente da comunidade surda. Estou falando das pessoas com deficiência de modo geral. Posso pensar esse método quando lembro que nós, seres humanos, somos aporofóbicos, transfóbicos, homofóbicos, capacitistas, misóginos, machistas, etaristas, gordofóbicos e racistas em desconstrução. Defender a versão de públicos estigmatizados e/ou rotulados é uma forma de conter uma histórica injustiça epistêmica (Fricker, 2024) de uma população que sofre com o olhar, repito, vulnerabilizante de uma sociedade que não a reconhece e assim promove a inviabilização do seu olhar sobre o mundo que a rodeia[v]. O método de história de vida dá a oportunidade para que todos aqueles que vivem o estigma[vi] tenham as condições necessárias para apresentarem seus pontos de vista e suas versões. Estes são olhares – daqueles que sentem na pele – que a sociedade majoritária ainda desconhece. Isso não implica atribuir culpa e constrangimento. Quando ando com o cordão ou o broche do girassol, símbolo que resume uma deficiência invisível, algumas pessoas me interrogam: "Que símbolo é esse?" Digo: "Se tiverem tempo, explico com alegria na alma". É o nosso papel como educadores. Nós vivemos na "sociedade do cansaço", na qual nos impõem e exigem um alto desempenho para tudo que tentamos fazer (Han, 2017). Aprendi, a duras penas, que a serenidade e a mansidão são as guardiãs da nossa eloquência, principalmente nesta "sociedade do cansaço" onde tudo é "para ontem". Isto significa dizer que quanto mais sereno e manso sou, mais eloquente posso ou poderei ser. Constato, o tempo todo, que os ouvintes – vivemos, obviamente, em uma sociedade "sonora", mas que não sabe escutar o outro que está ao nosso lado – não estão conseguindo caminhar gerando vidas tranquilas para todos os seres que habitam este Planeta-Escola Azul. Eu disse "todos os seres!". E nós? Pessoas com deficiência? Como conseguimos caminhar neste mundo tão desigual? Transito por três mundos distintos. Pelo mundo ouvinte, pelo mundo surdo sinalizado e pelo mundo surdo oralizado. Por ter esses trânsitos, em muitas ocasiões, pago um alto preço – mas antecipo que é um preço que vale a pena pagar, apesar dos pesares.

Não sou convidado para congressos de surdos sinalizados, mas também não sou convidado para congressos de surdos oralizados. Deve ser porque entendo perfeitamente quem defende o modelo biomédico e entendo perfeitamente quem defende o modelo socioantropológico e interseccional. Tenho melhores relações com os considerados, por muitos, como opressores, os ouvintes.

Hoje, finalmente percebo que os opressores, na verdade, desconheciam, desconhecem e, se nada fizermos, continuarão a desconhecer nossa história. Acredito que, se a contarmos na língua comum da sociedade majoritária – hoje temos quem conte – poderemos reverter uma história de injustiças e opressões. Em meu ponto de vista atual – demorei a tê-lo – os "opressores" são, apenas, pessoas que desconheciam e desconhecem nossa história. Se tiverem a oportunidade de conhecê-la, poderão ter, em breve, uma perspectiva completamente diferente sobre nós. Relações acolhedoras sempre trazem bons resultados.

Os meios de comunicação e as mídias são acessíveis a pessoas com deficiência? Estamos avançando com as tecnologias assistivas?

Os meios de comunicação não são acessíveis. Neste ano comemoramos 24 anos do reconhecimento da Lei de Libras, ocorrido em 24 de abril de 2002, e a consequente expansão da educação surda sinalizada (Brasil, 2002). São 24 anos de entendimento de que a Libras é um meio de comunicação e expressão da comunidade surda sinalizada brasileira. Pela comemoração da data, em nossa Fiocruz, pensamos em exibir, para os surdos sinalizados, o filme No ritmo do coração (2021) com posteriores rodas de conversa e celebrações com "quitutes e acepipes". A exibição do filme não foi possível porque não havia janela de Libras no mencionado filme. Só as legendas estavam disponíveis. Nós precisamos da janela de Libras[vii] porque, repetindo, 80% dos surdos sinalizados são analfabetos ou analfabetos funcionais em língua portuguesa. A legenda serve para mim – tive as condições necessárias e possíveis para aprender a ler e bem; não foi algo fácil, foi desafiador. A legenda serve para muitos surdos, mas a maioria dos surdos sinalizados fica de fora. Na verdade, os surdos sinalizados ficam de fora de toda uma história contada por intermédio das múltiplas "danças das letras" que o universo da escrita proporciona; ficam de fora de uma ampla rede cultural que se apresenta no mundo da escrita; ficam de fora da chance de conhecer dissertações, teses, artigos que revelam nossos três mundos. Nós precisamos da janela de Libras. Se você me perguntasse se gosto de filme nacional, responderia que não, pois não posso assistir a um filme nacional no cinema – desde que me entendo por gente que gosta de curtir e aprender com a vida que ganhamos de presente. O cinema, em filmes nacionais, não oferece legendas e, muito menos, janelas de Libras. E pergunto: Por que não temos legendas e janelas de Libras em filmes nacionais no cinema? Há justificativa plausível? Ah! Lembrando, mais uma vez, que somos dez milhões de surdos no Brasil.

Os meios de comunicação e as mídias não são ainda acessíveis aos surdos sinalizados. Peço desculpas aos que perceberam que repito frases, pois sinto que algumas precisam ser repetidas à exaustão. Ainda há muito o que compreender. Que a verdade seja dita, poucas pessoas do mundo hegemônico ouvinte têm interesse em conhecer essa história ainda pouco conhecida. Veja um exemplo sobre meios de comunicação e mídias em geral. Se são acessíveis ou não. Há lugares, em nossas cidades, reservados para as pessoas com deficiência. Tais reservas cumprem leis que estão em nosso robusto ordenamento jurídico ligado ao tema "pessoas com deficiência". Vou mais longe, o nosso ordenamento jurídico com relação ao tema mencionado é um dos melhores do mundo. Por que, então, a maioria das pessoas com deficiência responderá da mesma forma que respondi? Disse um avantajado "NÃO". Acredito que a maioria que receber esta pergunta também vai me acompanhar na resposta, ou seja, "NÃO". Que a verdade seja dita: não somos muito bons com a aplicabilidade das leis a nosso favor. Não somos muito bons com a acessibilidade a oferecer às pessoas com deficiência ou a qualquer grupo vulnerabilizado pelo olhar deficiente de uma sociedade que pouco se interessa, principalmente no que diz respeito à acessibilidade atitudinal que, grosso modo, significa aprender a olhar o outro que nos acompanha sem estigmas, sem rótulos, sem estereótipos, sem julgamentos, sem preconceitos e sem discriminações.

É necessário olhar com interesse, amor e compaixão o outro que está ao nosso lado, o que ainda não aprendemos. Infelizmente. Mas devo dizer que estou confiante em mudanças culturais em breve. Sou otimista. Sempre serei; acredito na sincronicidade e nas serendipidades que esta nossa existência, vez por outra, nos oferece e nos faz sorrir.

Temos tecnologias assistivas, mas podemos nos concentrar, também, em "tecnologias" da vida... pensar em uma relação bem mais compassiva com o mundo que clama por grandeza. Tenho o apoio da legenda. Vou conseguir entender você. Entenderia também se tivéssemos o intérprete de Libras – eis um profissional pouco valorizado; salva a vida de muitos surdos sinalizados e, mesmo assim, não tem o devido valor reconhecido. O intérprete de Libras teria dificuldade de traduzir sua pergunta, que abrange

quatrocentas mil unidades lexicais, utilizando vinte mil unidades lexicais da nossa língua de sinais. Ou seja, haveria uma dificuldade para compreender melhor sua pergunta. A legenda me facilita. Também faço leitura labial. Mas se a pessoa está com bigode, o lado superior da boca fica encoberto e tenho dificuldade de fazer essa leitura. Presencialmente, pediria para colocar a mão no ombro para sentir a vibração da sua voz a fim de entendê-lo melhor. O que me salva é a leitura da legenda, uma vez que eu sei ler em português. Mas os demais surdos sinalizados? Como fazem?

Há necessidade de pensarmos em uma **revolução compassivo-amorosa**. Nós precisamos explorar nossos atributos essenciais humanos como a delicadeza, gentileza, generosidade, bondade, amor, empatia, compaixão etc. Ainda falta muito para termos efetivamente um olhar que compreenda a necessidade da suavidade associada à consciência, a plenitude do conhecimento associada a questões que nos remetem à alegria de antever a sabedoria chegando. Parece-me óbvio que ainda não temos essa privilegiada condição. Mas como vocês já sabem, sou um eterno otimista. Acredito no ser humano.

Há leis e políticas públicas no campo da educação de surdos que contribuem para a escolaridade da pessoa surda e pessoas com outras deficiências, como neurodivergentes? Há algumas iniciativas sendo implementadas na formação de profissionais e de docentes? Como você observa aqui na Fiocruz e em outras instituições de pesquisa e ensino?

O ordenamento jurídico brasileiro com relação às pessoas com deficiência é um dos melhores do mundo. Já foi dito aqui. Temos o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência chancelado pela ONU em 2007 (Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD) (Brasil, 2008). Foi o mais rápido tratado de Direitos Humanos já efetivado no mundo, elaborado em quatro anos. Nós tivemos o Programa Viver Sem Limites em sua primeira versão em 2011 (Brasil, 2011), e, em sua segunda versão, em 2023 (Brasil, 2023a); em 2015 foi a vez de uma das mais fortes leis ligadas às pessoas com deficiência no mundo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Em teoria, as pessoas com deficiência estão amparadas. No entanto, é necessário, a partir do ordenamento jurídico, encontrar formas de aplicação das leis mais efetivas em sentido prático. É o que ainda nos falta. Isso só vai acontecer quando a divulgação das leis chegar a todos os envolvidos. Todos! O novo código internacional de acesso – chamado "A ACESSIBILIDADE" – já tem onze anos. O Congresso Nacional, depois de muito tempo, o aprovou (Brasil, 2026). Confesso que estou ansioso para ver o código conhecido e, mais do que isso, incorporado ao dia a dia de nossa gente. O código prega a harmonia entre a sociedade e o ser humano.

Vou dar um exemplo de como ainda não entendemos, como instituição reconhecida mundialmente por sua excelência em ações científicas e acadêmicas, questões pertinentes à aplicação das leis voltadas para as pessoas com deficiência e na linha da pergunta. Sou um professor que orienta alunos e participa de bancas examinadoras de dissertações e de teses. Ministro aulas para níveis *lato* e *stricto sensu*. Tive uma aluna neurodivergente na disciplina (*stricto sensu*) de Direitos Humanos, Acessibilidade, Inclusão e Emancipação de Pessoas com Deficiência. Foi no ano passado. Era uma aluna com altas habilidades. Ela chegou a mim e disse, resumidamente: "sou autista e o som me incomoda". Perguntei a ela: "sou surdo e a ausência do som me incomoda; o que podemos fazer para estreitar as nossas relações? Você pode me ajudar? Pode me orientar para que eu aprenda um pouco com você?". Ali foram dadas as condições iniciais para o "ensinar" e o "aprender" de ambos; quem era o professor? Quem era o aluno? Ali foram dadas as condições para o principal "ingrediente" para o sucesso de qualquer relacionamento: a "confiança". Ensinar e aprender não são verbos de posições definitivas, fixas. Você acorda de manhã tendo a certeza de que vai ensinar e volta

para casa tendo a certeza de que aprendeu; você acorda de manhã tendo a certeza de que vai aprender e volta para casa tendo a certeza de que ensinou. Ora ensinamos, ora aprendemos, e vice-versa.

Assim foi a minha relação com essa aluna na disciplina mencionada. Ao final da disciplina e do curso de mestrado, ela fez a inscrição para o doutorado e pediu uma carta de recomendação. Foi uma honra para mim. Escrevi uma carta daquelas, lembrando aos avaliadores a excelência da aluna. Finalizei dizendo que não poderíamos abrir mão da excelência dela. Lembrei, inclusive, que nós – como pesquisadores – tínhamos muitas dificuldades em compreender o mundo neurodivergente, sua condição e a amplitude de suas altas habilidades, no caso aqui mencionado. Como pesquisadores, teríamos muito a ganhar com a presença dela em nosso doutorado; a presença dela nos permitiria mergulhar nesse assunto que pouco conhecemos. Ao final da carta de recomendação, enfatizei a necessidade de não a deixarmos ir embora.

Ela não passou para o doutorado aquiL – era sua primeira opção, conforme me relatou –, mas passou para o doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). E este não foi um caso isolado; já aconteceu outras vezes. O ordenamento jurídico diz que a instituição deve se adaptar ao aluno. Não é o aluno que se adapta à instituição. A instituição perdeu essa possibilidade de ter alguém gabaritadíssimo por causa de um desconhecimento das leis que regem o assunto. Apenas resumi. Este é um assunto muito mais amplo e que me traz tristeza. Sou uma pessoa com deficiência. Sinto na pele; como se fosse comigo. Sei que, em um belo dia de sol desses, no futuro, uma certa doutora – da Uerj – abrirá caminhos para muitos neurodivergentes e outras pessoas com deficiência. Repito: doutora... pela Uerj.

Vou mais longe agora, na mesma linha do problema acima narrado, a questão evidenciada não é "privilégio" da Fiocruz; a UFRJ também desconheceu o caminho mais adequado. Fui testemunha ocular. Parece soar estranho para nossas instituições a frase "a instituição precisa se adaptar ao aluno; não é o aluno que precisa se adaptar à instituição". Há, evidentemente, um problema na forma de avaliação. Ele permanece quando se repete com essa aluna que seguiu para o doutorado na Uerj. Em função de equívocos históricos constatados, há questões que precisam ser discutidas. Nós precisamos nos adaptar aos alunos. Algumas "alcandoradas" figuras precisam descer de seus pedestais. Nós não sabemos nada e precisamos da necessária ajuda para saber um pouco mais acerca do mundo no qual vivemos. Repetindo: nós não sabemos nada! A perfeição não é privilégio do nosso atual estágio evolutivo. Temos que "comer muito feijão" ainda.

Sou um privilegiado por ter chegado a um nível de escolaridade que me permite conversar com muita gente e, além disso, ter a consciência de que não sabemos nada. Uma postura mais compassiva e mais amorosa pode nos aproximar de pessoas fascinantes e dispostas a caminhar conosco pela "estrada do aprendizado" que nunca terá fim.

Alguns professores ainda discursam sobre a "hermenêutica da parafusêutica", uma metáfora para uma fala difícil que ninguém entende. Ser professor da Fiocruz é um belo presente da vida... sábia vida. Quem entende isso acorda com alegria e gratidão por mais um dia do velho, rotineiro e fascinante "ensinar" e "aprender". Sinto que é algo simples a fazer, mas – como diria o mestre dos mestres – "por ser simples, é difícil". Já que chegamos até aqui podemos ajudar muitas outras pessoas também a chegar. É uma bela missão, não é mesmo?

Você escreve em sua tese: "conheço muitos ouvintes que, em minha opinião, não sabem ouvir, embora tenham o sentido da audição perfeito e conheço muitos 'não-ouvintes' que exercem muito bem o 'saber ouvir', muito embora não tenham o sentido da audição" (Nembri, 2016, p. 28-29). A sociedade tem ouvido as pessoas?

O professor Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, um irmão, um amigo que a vida me deu, que trabalha no Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (Dihs), junto comigo – é uma felicidade tê-lo como colega de trabalho – enfatiza que a escuta é a mais saudável das ações humanas (Marques; Silva, 2025). Já o professor Eguimar Chaveiro, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), argumenta, citando Lacan, que, ainda que relativamente, nós conseguimos controlar o que vamos falar; no entanto, não conseguimos controlar o que outro vai ouvir (Marques; Silva, 2025). Eu imaginava que as pessoas escutavam da maneira que queríamos. Com o aprendizado da língua portuguesa tive que repensar. Hoje tenho um olhar construtivista[viii]. Entendo que toda e qualquer pessoa que cruza o meu caminho tem uma bagagem singular de vida que lhe permite ouvir de determinado modo e de acordo com os contextos que vivenciou ao longo da vida. Não posso controlar a maneira com a qual o outro vai ouvir a minha fala. Essa reflexão é muito impactante para mim. Nos torna mais cuidadosos e mais conscienciosos da importância da qualidade dos nossos argumentos.

Encontrei surdos que sabiam ouvir como ninguém. Não se ouve somente com o sentido da audição. Ouve-se com o olhar, com o coração, com a presença, com o interesse, com o toque, com a alma. Não ouço com o sentido da audição. Quando alguém fala comigo, procuro ouvir com os meus olhos. Peço autorização para colocar a mão no ombro do meu interlocutor. Vou sentir até a pausa de sua respiração. O meu interesse de ouvir o outro é grandioso. Aliás, quem demonstra saber ouvir hoje, além de aprender mais rápido, tem muito poder.

No Instituto Benjamin Constant, instituto nacional referência no assunto da cegueira, onde ministrei aulas por quase três anos, aprendi – ainda mais – que o importante não é ter os sentidos da audição e da visão perfeitos. Não é satisfatório ter o sentido da visão perfeito e não saber olhar o planeta, as pessoas, a beleza que está ao nosso redor em todo o santo dia. Mario Quintana afirmava que estávamos indiferentes demais para ver o belo, o raro e o valioso. E sempre concordei com esse gênio da literatura brasileira. A visão demanda muito mais do que um sentido, demanda um interesse genuíno pelo outro. Conheço pessoas – tive a dádiva de conhecê-las e aprender com elas – sem o sentido da visão enxergando absurdamente bem. As pessoas, torno a dizer, estão com dificuldade de ouvir, de enxergar e, por conseguinte, estão com dificuldade de falar – a fala reflete o que ouvimos e o que vemos, em minha concepção de mundo –, ou seja, estão com dificuldade de falar algo que melhore as relações que acolhem e que, por conseguinte, iluminam o caminho do outro que está ao nosso lado. Posso escolher minha fala, de modo a tentar não ferir susceptibilidades. Ofereceerei um exemplo simples de fala que aproxima, uma fala que representou um belo aprendizado na convivência diária com minha mãe... uma mulher além-época, com minha mulher (Glória), com minha filha (Vitória) e com meu irmão (Claudio). Ao invés de dizer "discordo de você", que possivelmente gerará um afastamento, um antagonismo desnecessário, talvez possa dizer "tenho um ponto de vista diferente do seu; posso colocá-lo aqui?". Ter um ponto de vista diferente – sendo falado com respeito – pode soar como um abraço fraterno durante uma conversa que pode ser esclarecedora, embora crítica. Discordar, pura e simplesmente, pode criar distâncias desnecessárias. Precisamos demais de parcerias e não de afastamentos. Precisamos demais de "pontes" e não de "muros". Pontes aproximam, incluem. Pontes são "instrumentos" de pessoas medicinais. Você quer estar perto delas. Muros afastam, excluem. Muros são "instrumentos" de pessoas tóxicas. Você quer estar longe delas. Em meus anos de Ensp, após 39 anos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebo que a Fiocruz está repleta de gente com inúmeras distâncias desnecessárias. É o que atrasa – até demais – o avanço institucional. É o que penso. Por causa da ausência de um saber ouvir, de um saber olhar e de um saber falar, estamos com dificuldades para "ler" a nossa instituição e, por conseguinte, de uma maneira mais ampla, de "ler" o nosso mundo que, repetindo, clama pela necessária e urgente grandeza humana.

Finalizando esta nossa entrevista quero, realmente, agradecer. Só estou aqui, tecendo meus pontos de vista, por causa de algumas pessoas que confiaram em mim e que me empurraram para a vida de um jeito todo especial. Quero agradecer às famílias Guimarães e Nembri e seus amigos. Com eles compreendi, e bem, o que significa o senso de pertencimento que traz a segurança psicológica para sermos quem somos e para sermos quem quisermos ser. Quero agradecer aos grandes professores, divinos mestres, que tive na vida – Ricardo Kubrusly, Angela Carrancho, Letícia Galluzzi, José Carlos de Oliveira, Eduardo Babo, Maria José Padilha e tantos outros – e aos amigos que ganhei de presente, alguns com mais de cinquenta anos de amizade. Com eles entendi, e bem, o que é exercitar a fraternidade, o carinho acolhedor e a importância de ampliar o conhecimento. Quero agradecer, especialmente, minha mãe (a melhor professora), minha esposa (Glória), minha filha (Vitória) e meu irmão (Claudio). Com eles aprendi, e bem, o que é o amor incondicional. Por fim, quero agradecer aos meus amigos-irmãos da Fiocruz, da Ensp, do Dihs. São muitos. Citarei alguns dos meus amores: Marcos Besserman Vianna, Maria Helena Barros de Oliveira, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, Annibal Amorim, Sônia Gertner, Fátima Martins, Laís Costa, Denise Conceição, Hugo Avelino, Lisiane Gualhano, Patrícia Way, entre outros. Ah! Henrique Rabello, Jarbas Cunha, Luciana Simas e Maria Leão chegaram há pouco, mas já moram no meu coração. Eles conseguem me mostrar, o tempo todo, a verdadeira essência dos Direitos Humanos e reforçam a minha crença no ser humano. Muitíssimo obrigado por estarem comigo nesta linda caminhada que resolvemos empreender "juntos e justos", frase que traz uma sempre linda lembrança de seu autor, um outro amigo-irmão, o professor português David Rodrigues.

NOTAS

[i] A síndrome de Goldenhar (ou espectro óculo-aurículo-vertebral) é uma doença congênita rara que afeta o desenvolvimento craniofacial, resultando em assimetria facial, problemas oculares, malformações nas orelhas e anomalias na coluna vertebral. Afeta geralmente um lado da face (microssomia hemifacial) e ocorre em um a cada três mil até cinco mil nascimentos.

[ii] Cordão de girassol é um símbolo de identificação para pessoas com deficiências ocultas (invisíveis), oficializado no Brasil pela Lei nº 14.624/2023 (Brasil, 2023b). Ele visa facilitar a identificação de condições não visíveis de imediato – como autismo, TDAH, surdez, doenças raras, entre outras – garantindo atendimento prioritário e empatia.

[iii] 1) Acessibilidade atitudinal: refere-se à eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação às pessoas com deficiência;
2) Acessibilidade arquitetônica: eliminação de barreiras ambientais físicas em residências, edifícios públicos e privados, calçadas, transportes, entre outros;
3) Acessibilidade comunicacional: eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, oral, escrita ou por meio de sinais, como braile, intérpretes de Libras e textos simplificados;
4) Acessibilidade digital (ou tecnológica): garante o acesso de pessoas com deficiência a *websites*, aplicativos, redes sociais e documentos digitais, assegurando que o conteúdo seja acessível a leitores de tela e outros dispositivos.
5) Acessibilidade metodológica (ou pedagógica): eliminação de barreiras em métodos e técnicas de estudo, trabalho, educação familiar e esportiva.
6) Acessibilidade instrumental: eliminação de barreiras no manuseio de instrumentos, ferramentas, utensílios de estudo, trabalho e lazer;
7) Acessibilidade programática: eliminação de barreiras "invisíveis" inseridas em políticas públicas, leis, decretos e normas;
8) Acessibilidade natural: refere-se à adaptação da natureza para que possa ser desfrutada por todos, permitindo acesso a praias, parques, trilhas e outros ambientes naturais;
9) Acessibilidade de transportes: focada no acesso a meios de transporte coletivo e individual (ônibus, trens, metrôs, avião), incluindo a adaptação de estações e paradas;
10) Acessibilidade cultural: refere-se ao acesso a eventos, produtos e serviços culturais (cinema, teatro, museus), garantindo recursos como audiodescrição e legendas.

[iv] O abono permanência é um benefício financeiro concedido a servidores públicos que, mesmo tendo cumprido todos os requisitos para a aposentadoria voluntária, optam por continuar trabalhando.

[v] Histórica injustiça epistêmica se refere à destruição, ao silenciamento ou à desvalorização sistemática dos conhecimentos, saberes e das culturas de povos colonizados e/ou subalternizados pelo saber ocidental dominante. O termo pode ser apropriado e alargado para compreender outras desvalorizações.

[vi] Estigma é um processo social de rotulação e julgamento que marginaliza indivíduos por possuírem características consideradas fora da norma. Reduz a pessoa a uma característica desvalorizada socialmente.

[vii] É um recurso de acessibilidade comunicacional que consiste em inserir um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em vídeos, transmissões ao vivo, eventos ou plataformas digitais. O intérprete aparece em um espaço delimitado – geralmente num dos lados do espaço ou do lado direito do espectador de tela - traduzindo o conteúdo falado ou sonoro.

[viii] Trata-se de uma perspectiva que compreende o aprendizado não como uma simples transmissão de informações, mas como um processo ativo de construção no qual o indivíduo cria o seu próprio conhecimento por meio das interações do sujeito com o ambiente, objetos e outras pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026?]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição extra B, Brasília, DF, p. 5, 23 nov. 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição extra A, Brasília, DF, p. 1, 17 jul. 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14624.htm. Acesso em: 25 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.459, de 7 de julho de 2026. Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 126, p. 1, 8 jul. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15459.htm. Acesso em: 3 set. 2026.

FRICKER, Miranda. **Injustiça epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2024.

GLAT, Rosana. **Somos iguais a vocês**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). **Atas**: Congresso de Milão – 1880. Rio de Janeiro: Ines, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1owHrtTuW7wEiTlQqSB2hp8DCDgT3wx2A/view. Acesso em: 21 ago. 2026.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; SILVA, Rodrigo Emídio (org.). **Formação para a escuta**: cartografias existenciais e educação inclusiva. São Paulo: Dialética, 2025.

NEMBRI, Armando Guimarães. **Do silêncio aos caminhos e descaminhos de doutores e doutorandos surdos**: a "fala" sem eco num mundo ouvinte. 2016. 189 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NEMBRI, Armando Guimarães. **O cotidiano escolar do curso bilíngue de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES**: um olhar avaliativo. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://inscricao.cesgranrio.com.br/storage.ashx?file=mestrado/dissertacoes2009/29%20Marco%202011%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Armando%20Nembri%20Turma%202009.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

NO RITMO DO CORAÇÃO (CODA). Direção e roteiro: Siân Heder. Produção: Philippe Rousselet, Fabrice Gianfermi, Patrick Wachsberger e Jérôme Seydoux. [*S. l.*]: Vendôme Pictures; Pathé, 2021. 1 filme (111 min), son., color.

INFORMAÇÕES EDITORIAIS

Entrevista concedida a Roberto Abib.

O entrevistado é responsável pelo conteúdo intelectual, pela versão final publicada e por todos os aspectos legais e científicos relacionados à exatidão e à integridade do texto.

Fotografia: Armando Guimarães Nembri / Acervo pessoal.

Declaração de conflito de interesses: O autor declara que não há conflito de interesses.

Fontes de financiamento: O autor declara que não houve financiamento.

Considerações éticas: O autor declara que não há considerações éticas.

Histórico: Realizada: 9 abr. 2026 | submetida: 12 maio 2026 | aceita: 10 jul. 2026 | publicada: 15 set. 2026.

Processo de avaliação: Avaliação pelo editor de seção.

Apresentação anterior: O autor declara que não houve apresentação anterior.

Como citar (ABNT 6023/2025): NEMBRI, Armando Guimarães. Entre a fala, a escuta e o toque: a compreensão dos múltiplos sentidos da inclusão como forma radical de acessibilidade. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 20, e5714, 2026. DOI: https://doi.org/10.29397/reciis.v20.5714. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/5714. Acesso em: [dia mês ano].

Verificação de similaridade: Este texto foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.

Acesso aberto: Este periódico segue o modelo de acesso aberto (Open Acess) e está de acordo com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz. Acesso aberto refere-se a um amplo movimento internacional que busca eliminar barreiras financeiras, legais ou técnicas para o acesso *online* gratuito e aberto à literatura de caráter acadêmico ou científico de modo que qualquer pessoa possa ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, referenciar ou usar o texto integral dos documentos para fins educacionais ou de qualquer outra natureza dentro dos acordos legais. Todos os textos constantes da RECIIS são publicados sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigo dos autores (Article Processing Charges – APCs).

Licença de uso: Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à RECIIS. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.